

A SOCIEDADE BRASILEIRA

Guarda- Marinha Alexandre Lopes de Abreu

Para se delinear a atual configuração de nossa sociedade, faz-se necessário remontarmos às priscas épocas onde a formação social brasileira se deu por intermédio de um processo de amalgamento de raças e culturas, em especial nos séculos XVI, XVII e XVIII. Na busca das raízes da formação nacional, vamos ao encontro de três povos, principalmente, - português, indígena e africano - cujas culturas complementares conferem um caráter particular à sociedade nacional. Deve-se mencionar, também, os processos imigratórios estrangeiros que deram uma configuração especial ao povo brasileiro. Em uma nação de proporções continentais, é extremamente difícil definir a cultura, pois a mesma varia a cada região que tem sua peculiaridade oriunda dos processos históricos ocorridos. Procuraremos delinear esse processo dissertando sobre o tema exposto, dividindo-o em fases distintas de acordo com a nossa História.

Para começar, trataremos de expor o início de tudo, com a colonização portuguesa. Por intermédio da idiossincrasia de Gilberto Freyre, que aborda de modo profícuo o estruturamento das características de nossa sociedade, partimos de um traço aparentemente ingênuo dos portugueses vindos ao Brasil: a rusticidade. Fato este evidenciado pela estirpe dos primeiros a chegar aqui para estabelecer a dominação portuguesa, face à crise do comércio das especiarias, pois Portugal necessitava de novas formas de obtenção de riquezas para o sustento da sua dispendiosa corte. Esses portugueses eram da pior espécie, na sua maioria bandidos que procuravam refúgio em solo brasileiro, assim como outros europeus que vieram para cá, como os franceses de Villegagnon que foram retirados das cadeias francesas devido à indisponibilidade de cidadãos distintos que se dispusessem a tal empreitada. As condições daqui eram muito diversas das européias, o clima tropical, de calor insuportável, somado ao terrível incômodo dos mosquitos e condições selvagens de sobrevivência, eram grandes empecilhos ao estabelecimento da colonização para a extração do pau-brasil e, mais tarde para o estabelecimento da empresa açucareira. O não

interesse inicial de Portugal pelo Brasil, devido à não localização de metais preciosos à primeira vista, deu margem a invasões estrangeiras em busca da valiosa madeira que dava origem à tinta escarlate, tão estimada pela Europa.

A não existência aqui de uma sociedade organizada, como na América Espanhola, e sim de índios que viviam em sistema de comunidade primitiva, foi fator gerador de descontentamento português pelo fato do não conhecimento dos nativos de qualquer técnica de mineração. Um traço típico da convivência entre os indígenas, que definitivamente não herdamos, foi a não diferença entre os seus membros. Todos eram iguais. Homens e mulheres tinham seu papel definido e se completavam mutuamente. O parentesco, base da estrutura e da organização social do índio, podia ser patrilinear (considerados parentes apenas por laços paternos) ou matrilinear (laços maternos) ou, ainda, bilateral. Havia principalmente um respeito total à liberdade individual.

“Desde o século XVI os camponeses de Portugal vêm trazendo para o Brasil uma riqueza de lendas, e através deles mais do que através dos eruditos ou dos homens de educação muito fina, é que os valores místicos ou populares dos índios e dos negros foram assimilados pelos portugueses da América, e tornaram-se, afinal fonte para uma nova cultura: a cultura brasileira de origem principalmente lusitana, com fortes elementos ameríndios e africanos”. (Freyre, 1947, p.72).

O povoamento se fez a partir do litoral. Em toda costa os europeus geraram uma legião de mestiços; a expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos mamelucos. A miscigenação com os indígenas se deu devido, principalmente, ao único interesse de Portugal para com o Brasil, o de explorar suas riquezas naturais. Assim, homens portugueses almejando enriquecer se lançavam ao mar em busca de novas perspectivas. A cultura indígena naturalista somada ao clima tropical fez as relações estreitarem com mais facilidade. A poligamia permitida na sociedade indígena facilitou, no início, a obtenção de mão-de-obra para a extração do pau-brasil. Se o português, ou europeu, se

relacionasse sexualmente com uma moça indígena, passava a ter sogro, sogra, genros, etc. Assim, contrariamente ao que se diz, o sabido do português conseguia pôr milhares de índios a serviço dele. E da união das índias com os europeus nasceu uma gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil.

Uma sociedade de passado colonial e de solo oligárquico. As relações estabelecidas inicialmente foram fundamentais para a atual conjuntura. A relação entre Metrópole e Colônia é o cerne da herança de uma sociedade patriarcal em que vivemos atualmente. Para o estabelecimento da cultura canavieira voltada para a exportação a natureza do Nordeste deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas sobre outras, do pequeno grupo de homens brancos – ou oficialmente brancos – donos dos canaviais. A sociedade colonial como um todo era o reflexo da estrutura econômica escravista. Nesta sociedade a mulher, assim como os escravos e os demais da casa, além de subordinada ao homem (senhor de engenho), era considerada um ser inferior. Foi neste Nordeste híbrido em que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que, junto com as africanas e indígenas, constituíram aquele Brasil profundo, que hoje se sente mais brasileiro, segundo Gilberto Freyre.

Os ingleses e holandeses foram, efetivamente, os primeiros ocupantes e exploradores das riquezas naturais do Amazonas, as chamadas drogas do sertão. No final do século XVI, os holandeses e os ingleses fundaram ali algumas feitorias e organizaram fazendas para cultivar alguns produtos, inclusive cana-de-açúcar e tabaco. O cultivo desses produtos, embora pequeno, é prova incontestável da intenção daqueles estrangeiros em se fixar no Amazonas.

Há nessa época um progresso urbano que era ocorrência nova na vida brasileira, e que ajuda a melhor distinguir os processos colonizadores de “flamengos” e portugueses. Ao passo que, em todo o resto do Brasil, as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana “vivia por si”. População cosmopolita, instável, de caráter predominantemente urbano, essa gente ia se apinhar no Recife, estimulando, assim, de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria, mais tarde, quase toda a história pernambucana. O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em

verdade, mais uma justificativa para a opinião, hoje corrente entre alguns antropologistas, de que europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. Ao contrário do que sucedeu com os portugueses, o holandês não entrou em contato íntimo e freqüente com a população de cor e indígena. O que não impediu os holandeses de aprender toda a cultura da cana para depois dominar todos os processos até a distribuição do açúcar nos mercados europeus sem necessitar de intermediários, aumentando assim seus lucros.

Um dos primeiros núcleos povoadores surgiu em São Paulo. A população paulista dos primeiros tempos vivia numa economia de subsistência onde o regime de trabalho, voltado para o sustento, e não para o comércio, era quase o mesmo da aldeia tribal. Em suas andanças, os paulistas foram aumentando o tamanho do Brasil. Na esperança de encontrar minérios, eles buscavam no fundo das matas a única mercadoria que estava ao seu alcance: os indígenas. Os bandeirantes partiam de São Paulo levando mais de duas mil pessoas. Eram homens e mulheres, famílias inteiras de mestiços que iam fazendo roça de milho e feijão pelo caminho, fundando vilarejos, caçando e pescando para comer. Eles ignoraram as fronteiras portuguesas para aprisionar os habitantes da terra e depois vendê-los como escravos aos engenhos do nordeste. E não pouparam sequer os índios convertidos à fé católica que habitavam as missões jesuíticas do sul do país e do Paraguai. Com a destruição das missões jesuíticas do Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII, o gado criado naquelas reduções ficou abandonado e passou a viver sem dono e a se reproduzir livremente nos extensos campos entre Curitiba e Rio Grande do Sul. As condições físico-geográficas favoráveis e a abundância de gramíneas e leguminosas facilitaram a proliferação dos rebanhos e possibilitaram a ocupação da região com as instalações de fazendas de gado.

No final do século XVII, a descoberta de ouro pelos paulistas nas terras do interior mudou os rumos do Brasil Colônia. Em menos de dez anos, chegaram à região das Minas mais de 30 mil pessoas, vindas de todo país. Eram paulistas, baianos, senhores de engenho falidos, e principalmente, escravos. A economia mineira abriu também um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – como ocorria com a prata no Peru e no México – e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. Não

se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou em direção ao Brasil no correr do século XVIII. A mineração desbancou a indústria açucareira, que era então a principal atividade econômica, e alterou profundamente o aspecto rural e desarticulado do país. Até então, os brasileiros viviam isolados uns dos outros devido às grandes distâncias. Mas a rede de intercâmbio comercial que começava a se formar entre as capitanias daria uma bela base econômica à unidade nacional com a transferência da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, devido à proximidade do estado de Minas Gerais. A sociedade estava estruturada nos moldes da fazenda – da casa-grande e da senzala – vivendo ao redor do senhor de engenho. O açúcar começava a sofrer, então, concorrência das Antilhas, levando à bancarrota a empresa açucareira nordestina.

No começo da exploração das minas muitos morriam de fome com ouro nas mãos, já que não existia o que comer. Não havia infra-estrutura para dar suporte à explosão demográfica originada pela corrida do ouro. Assim dá-se o surgimento da classe média na sociedade brasileira, formada por comerciantes, artesãos, ferreiros, carpinteiros e artistas, criando os prestadores de serviços. Mulatos e negros libertos conseguiam comprar sua liberdade nas terras ricas em ouro e em diamante, também se inseriam nessa nova classe social. Os tropeiros, em particular, garantiam a sobrevivência vendendo comida e panos de algodão. A mineração nas minas transformou o gado do Sul numa mercadoria economicamente rentável para os paulistas tropeiros. Além da importância do couro para uso da população, o gado servia como meio de transporte e tração, em substituição ao trabalhador escravo índio ou negro. Atraídos pelo ouro, muitos deles acabaram se fixando no cruzamento das rotas de comércio e estabeleceram as primeiras povoações. Desse modo abriram caminho para a ocupação do interior do país.

Nesse contexto, uma grande mudança aconteceu na vida cultural e no desenvolvimento intelectual da sociedade, que foi decisivo na história da colônia. Devido aos estudos superiores serem proibidos no Brasil, muitos senhores endinheirados mandavam seus filhos para estudar em universidades européias, principalmente em Coimbra entrando, assim, em contato com as idéias filosófico-liberais dos iluministas europeus e as trouxeram para o Brasil,

incrementando a vida intelectual, política, administrativa e científica no século XVIII e parte do XIX. Com essas novas idéias, pôs-se a questionar os profundos contrastes sociais e a dominação portuguesa, surgindo movimentos libertários em muito influenciados também pela independência dos Estados Unidos.

No início do século XIX, acontecimentos na Europa vieram a influenciar diretamente na vida da colônia. A Revolução Industrial promoveu o recrudescimento da secular disputa hegemônica entre França e Inglaterra, agora marcada pela disputa por mercados consumidores. A guerra entre as duas potências era inevitável. A não adesão de D. João ao bloqueio continental imposto por Napoleão à Inglaterra tornou iminente a invasão francesa ao território lusitano. Assim, assessorada pela Inglaterra, a Corte portuguesa transfere-se para o Rio de Janeiro, que se modificou em muito com a instalação da mesma. Modernizou-se e transformou-se num centro social, político e econômico que atraía pessoas de diferentes camadas sociais. Os hábitos e costumes se alteraram. Elementos da aristocracia rural e das classes médias endinheiradas, ávidos por mostrar importância e status, passaram a morar no Rio de Janeiro. O luxo e a ostentação começavam a caracterizar o comportamento das camadas ricas, que passaram a se vestir de acordo com os modelos europeus, a habitar ricos palacetes e a se cobrir de jóias importadas.

O aumento das despesas, oriundo da presença da Corte portuguesa no Brasil, acarretou crescente tributação sobre a população brasileira, o que, somado ao anseio de liberdade política e às dificuldades econômicas vivenciadas pelo Nordeste e pela região das minas devido ao declínio da mineração, acelerou ainda mais o processo de independência, que já se havia iniciado com o fim do pacto colonial quando houve a transferência da família real para o Brasil. Como o processo de independência foi dirigido pela aristocracia, sem a participação da grande massa da população, o fim do período colonial não implicou mudanças nem na estrutura produtiva nem na sociedade brasileira. A oficialização da independência foi acompanhada da manutenção não somente da dependência econômica, livre, sem dúvida, das amarras do pacto colonial, como também das estruturas de predomínio socioeconômico e político da aristocracia rural e da subjugação da grande maioria dos brasileiros aos interesses dessa elite. Houve sim uma transferência das obrigações do Brasil

com Portugal para a Inglaterra. Vale lembrar que a instituição escravista permaneceu intocada.

Ao iniciar-se o período republicano, durante anos viveu ainda patriarcado semi-escravocrata e república federativa quase tão simbioticamente como outrora patriarcado escravocrata e império unitário. Várias sobrevivências patriarcais ainda hoje convivem com o brasileiro das áreas mais marcadas pelo longo domínio do patriarcado escravocrata-agrário e mesmo pastoril – e mesmo afetado pela imaginação neo-européia ou pela industrialização da vida nacional brasileira. O Brasil só se tornou independente com a abolição da escravatura, ao menos no papel. Emancipados, mas sem a terra que cultivaram por quase quatro séculos, os ex-escravos abandonaram as fazendas e logo descobriram que não podiam ficar em nenhum lugar. A maior parte dos escravos concentrou-se na periferia das cidades. Se por um lado a Lei Áurea legitimava a libertação do negro, por outro o abandonava à própria sorte. Sem reais condições de auto-sustento, sem possibilidades de se instruir profissional e intelectualmente, a maioria dos negros não tinha e ainda não tem condições de concorrer com o branco no mercado de trabalho. Daí a perpetuação de sua marginalização e de sua submersão no universo da mão-de-obra não-qualificada, vítima que é da competição desigual. E dessa forma se formou a atual configuração das favelas, devido à não existência de um programa para receber essa nova classe, não havia uma infraestrutura para absorver essas pessoas que não tinham onde morar e onde trabalhar. Então, as encostas não habitadas dos morros circundantes às cidades foi a solução encontrada, pois além da proximidade com o centro urbano eram lugares onde eles não haveriam de pagar impostos.

Na segunda metade do século XIX, o café foi o fator responsável pelas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil. Reintegrou a economia brasileira nos mercados internacionais, contribuiu decisivamente para o incremento das relações assalariadas de produção e possibilitou a acumulação de capital que, disponível, foi aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos como a indústria, por exemplo. A empresa cafeeira foi estruturada no mesmo modelo da empresa açucareira, isto é, na grande propriedade monocultora e escravista. A crescente expansão da lavoura cafeeira se deu por diversos fatores como: crise da empresa açucareira com a concorrência Antilhana; sua

instalação exigiu um montante de capital inferior ao exigido na montagem da empresa açucareira, já que os equipamentos usados eram mais simples e menor sua necessidade de reposição; aumento do consumo de café nos mercados da Europa e dos Estados Unidos; e disponibilidade de mão-de-obra escrava desde a desagregação da economia mineradora e de abundantes tropas de mulas que foram utilizadas como meio de transporte do produto até os portos de embarque. Com a extinção do tráfico negreiro, a expansão cafeeira esbarrou em um sério problema de mão-de-obra. A extinção do tráfico decorreu, em grande parte, de exigências inglesas, já que a Inglaterra – berço da Revolução Industrial – se opunha à escravidão porque estava interessada em transformar o negro em consumidor dos produtos industrializados em suas fábricas. Para os cafeicultores tornou-se urgente buscar uma solução para o agravamento da carência de mão-de-obra após a eliminação da fonte africana. A solução encontrada foi o incremento da imigração estrangeira. Já no final do século XIX, a crise de desemprego que ocorreu na Europa trouxe para o Brasil sete milhões de imigrantes. Os europeus se fixaram principalmente em São Paulo e no sul do país, onde renovaram a vida local e promoveram o primeiro surto de industrialização do país. Por intermédio de diversas formas que ora encontravam entraves nos produtores de café, ora na intensa exploração dos estrangeiros, o governo trouxe imigrantes italianos, suíços, alemães, poloneses e até japoneses que tornaram a cultura brasileira uma grande miscelânea até os dias de hoje.

Apesar dos percalços ocorridos no processo de configuração da sociedade moderna brasileira, o Brasil é um país de dimensão continental que vive sob a égide do mesmo idioma, que é de extrema importância para sua unidade nacional. A integração da população também é advinda desse fator. O Brasil soube absorver todas as peculiaridades de cada povo sem afetar sua configuração territorial. Tornou-se o resultado da soma de todas essas raças distintas que aqui foram acolhidas. Em todo o país fala-se uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais, diferentemente de outras nações, de grande dimensão territorial, como Índia e China onde são falados centenas de dialetos. Assim, concluindo, mais do que uma simples etnia, o Brasil é um povo nação, assentado num território próprio para nele viver seu destino.